

A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano.

Luciano Barbian- UFRGS/FAPA*

Resumo: As Ditaduras de Segurança Nacional (DSN) na América Latina têm sua origem na falência do chamado “pacto populista” e na conseqüente dificuldade das oligarquias tradicionais de preservar suas posições, trazendo a necessidade de um controle sobre as massas que tornasse possível a manutenção da lógica da acumulação capitalista e combatesse a questão da revolução social. Em alguns países como o Peru, o Panamá e a Bolívia os governos militares tiveram algumas especificidades, buscando colocar na ordem do dia certas questões que as oligarquias tradicionais, aliadas ao imperialismo nunca haviam tratado.

Palavras-chave: Ditaduras de Segurança Nacional – Movimento Operário – Movimento Camponês

A Doutrina de Segurança Nacional

As ditaduras militares que se desenvolvem na América Latina a partir da crise do modelo conhecido como nacional-desenvolvimentista, de articulação entre uma pretensa burguesia “nacionalista e progressista” com setores do proletariado mediada pelo Estado dito “populista” se apresentam como tributárias de uma ideologia que ultrapassa as peculiaridades de cada nação. Essa ideologia se chama “Doutrina de Segurança Nacional” e tem suas raízes fora do solo latino-americano. Os Estados Unidos são o berço da Segurança Nacional.

A Doutrina de Segurança Nacional se inspira na guerra anti-revolucionária tendo entre seus antecedentes a contra-insurgência dos EUA e as teorias da OAS francesa na repressão aos movimentos que buscavam a independência da Argélia. A maioria dos oficiais militares da América Latina estudou na Escola das Américas, nos EUA, onde eram instruídos a levar a cabo, na guerra interna, de mecanismos de Terror de Estado (TE), ou seja, a não fazer aquilo que se poderia denominar de uma guerra convencional já que o “inimigo” está “escondido na multidão”, sendo então necessário cortar todo e qualquer apoio que esse possa receber dentro do país nem que para isso fosse necessário agir contra a lei e contra os direitos humanos.

Segundo Joseph Comblin¹ a Doutrina de Segurança Nacional apresenta como conceitos básicos a geopolítica, a bipolaridade e também a Guerra Total. A geopolítica

* Especialista em História Contemporânea (FAPA), Bacharel e Licenciado em História (UFRGS).
luciano-barbian@hotmail.com

¹ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978

2

segundo Comblin fornece à Doutrina duas importantes contribuições fundamentadas em uma visão ideológica, ou pseudocientífica, ou seja, o conceito geopolítico de Nação e o de bipolaridade. Segundo a Geopolítica a nação se constitui em um único projeto e uma única vontade: o desejo de ocupação e domínio do espaço. Diz Comblin:

A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado. É esse o conceito de Nação com o qual joga a Doutrina de Segurança Nacional.²

Já o conceito de bipolaridade apresenta o mundo dividido em dois blocos. O Ocidente, essencialmente “cristão e democrático” e o bloco comunista. Cabe às nações se posicionarem dentro desses dois blocos, sendo que a escolha pelo Ocidente é legitimada através de uma pretensa superioridade moral do mesmo frente aos comunistas ou por um certo “destino manifesto” que daria às nações motivos para desde sempre se oporem ao comunismo.

Outro fundamento da Doutrina de Segurança Nacional é a chamada “Guerra Total”. Segundo esse fundamento a guerra contra o inimigo da nação, o “comunismo internacional” deve mobilizar todos os setores da sociedade. O conceito de guerra total tem suas raízes na política estadunidense no pós Segunda Guerra dentro do contexto da Guerra Fria, a Doutrina Truman.

Segundo a Doutrina Truman a União Soviética pratica um novo tipo de Guerra, a “Guerra Fria”. E nesse tipo de guerra a batalha não ocorre apenas no *front* militar, mas também nos campos cultural, econômico e social na disputa por corações e mentes. E toda vez que houvesse qualquer questionamento ao *status quo* em qualquer parte do mundo, ou algum governo desfavorável aos interesses do imperialismo estadunidense, se buscava nisso o “dedo de Moscou”. E assim se buscava legitimar a interferência imperialista sob o pretexto de “defender o mundo livre”.

As Ditaduras na América Latina

² COMBLIN. Op Cit, p. 28

3

Miguel Rojas Mix³ descreve três tipos de ditaduras que se desenvolvem na América Latina através dos tempos. Seriam elas, as ditaduras *bananeras*, as ditaduras positivistas e as Militares integristas. Mix cita como exemplos de ditaduras *bananeras* os casos de Honduras e da Guatemala, onde o ditador se constitui como o proprietário do país tendo a sua figura bastante mitificada. De acordo com um dito popular “Honduras es el país del ganado y las bananas. El ganado pertenece a Carias, las bananas a la *United Fruit*.” Dessa forma a sabedoria popular desvela a articulação que se estabelece entre as oligarquias e o capital estrangeiro (através da ação das empresas multinacionais) onde as oligarquias ocupam o posto de sócias minoritárias do imperialismo.

Já as ditaduras positivistas se desenvolveram na América Latina desde o final do século XIX. Em resumo o positivismo se define por um modelo de Estado autoritário que se estrutura em oposição à “anarquia” e que apresenta a imposição de uma política econômica liberal como remédio para as crises da transição de uma sociedade calcada na crença em Deus para uma sociedade “científica”.

Por fim Rojas Mix coloca que as ditaduras militares integristas se distinguem das *bananeras* e positivistas pela concepção de Estado que defendem e por se constituírem em um projeto articulado em nível continental. As DSN se enquadram dentro dessa última classificação. Dessa forma o autor afirma que:

La diferencia entre la dictadura bananera y la dictadura militar es que en ésta es el ejército quien está en el poder. En el Estado dictatorial, el dictador es el ejército y no un individuo. El Presidente es el general en jefe del ejército; la persona del dictador puede cambiar, como es el caso de Brasil, donde se ha calificado de ‘dicatura sin dictador’ al régimen militar nacido en septiembre de 1968 (...)Por ello, más que el dictador el problema para la transición democrática es *ese* ejército...⁴

Nota-se que, diferente dos modelos anteriores de ditadura a militar se caracteriza não mais pela mistificação da figura do ditador, que não necessariamente se mantém o mesmo durante todo o período ditatorial, mas pela permanência de um grupo no poder norteado por uma doutrina, a Doutrina de Segurança Nacional. A própria manutenção de indivíduos ligados a esse grupo ditatorial, que se estende até o chamado período democrático, é um verdadeiro

³ MIX, Miguel Rojas. *La dictadura militar en Chile e América Latina* In: WASSERMANN, Claudia e GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs) *Ditaduras Militares na América Latina*, Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

⁴ MIX, op cit p. 12 (grifo do autor)

4

fator de dificuldade não apenas para a transição democrática como também para a análise e elucidação de aspectos pertinentes ao período ditatorial.

De certa forma, pode-se dividir a América Latina em dois grupos de países: em um grupo os países onde não se havia superado o modelo de dominação oligárquica e, por outro lado os países onde a implementação da dominação burguesa havia se dado através de um modelo político que ficou sendo denominado de “populismo”. Assim sendo, nos países onde imperava o Estado Oligárquico, a produção da economia para exportação (seja de produtos agrícolas, seja de minérios) estava nas mãos do capital estrangeiro (principalmente dos EUA) enquanto que no campo vigoravam relações de produção e trabalho que podemos denominar como pré-capitalistas. Nesse contexto, o sistema político havia se mantido sem grandes alterações e as oligarquias, constituídas em sua maioria por famílias proprietárias de terras, haviam afiançado ao capital externo o controle sobre o setor mais dinâmico da economia nacional, enquanto que esse mesmo capital externo garantia o domínio oligárquico da sociedade, se necessário intervindo de forma militar quando houvesse alguma movimentação popular que de alguma forma colocasse em questão a dominação das oligarquias.

Por outro lado, em outro grupo de países o Estado Oligárquico tradicional havia sido superado e a burguesia havia se instalado no poder através do modelo do “pacto populista”, onde as massas de trabalhadores e camponeses de certa forma conciliavam com a burguesia no sentido de apoiar um Estado Burguês desde que esse Estado garantisse ao operariado algumas garantias sociais que protegessem o trabalho. Nesse grupo as condições econômicas se articularam no sentido de dar apoio a uma via populista para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, condições estruturais favoráveis possibilitaram uma forma de desenvolvimento industrial através da ampliação de um mercado interno para os produtos industrializados, o que possibilitou ao Estado dar resposta a algumas reivindicações dos setores médios urbanos e do proletariado. No mesmo sentido se havia desenvolvido uma rede de organizações (sindicatos, partidos) que davam às massas a sensação de estar, de alguma forma, intervindo a seu favor nos rumos da política nacional.

As burguesias que ascenderam ao poder na América Latina nesse período não estavam isentas de contradições internas e externas e a forma como essa burguesia vai se colocar frente a essas contradições é que vai contribuir para o desenvolvimento da crise e posterior falência do “pacto populista”. Nesse sentido, as antigas oligarquias, temerosas diante dos projetos de

5

reformas impetrados pelos Estados populistas, mesmo que essas reformas se caracterizem por mudanças bastante tímidas e limitadas, vão atuar no âmbito interno dos países no sentido de recuperar as posições perdidas para a burguesia nacional. No âmbito externo o imperialismo não via com bons olhos a progressiva perda de espaço para regimes “nacionalistas” na região e então atua no sentido de promover um crescente enfraquecimento dos Estados populistas latino-americanos.

Dessa forma pode se dizer que as DSN se utilizam da política de Terror de Estado para destruir toda e qualquer forma de questionamento à ordem capitalista e para que se garantam os interesses imperialistas dos EUA bem como do capital internacional nos países latino-americanos em um momento onde o antigo Estado Oligárquico não se encontra capaz de manter a “ordem” e onde o “pacto populista” fracassou. Além disso, a emergência das potências nucleares deixou os exércitos nacionais, no caso de países que não detinham arsenal nuclear, incapazes de assegurar a defesa externa de maneira isolada. Dessa forma, criaram-se blocos e acordos regionais de defesa, como o caso do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) onde a América Latina se sujeitou a submeter sua defesa aos interesses norte-americanos. Isso deslocou os exércitos latino-americanos de sua função de defesa externa para a de controle interno das sociedades. Segundo Rojas Mix,

[...] la concepción fundamental de esta doctrina es que entiende la política como continuación de la guerra. Lo que tiene varias consecuencias: entrega el poder al ejército, transforma éste en un ejército de ocupación dentro de su propio país y militariza la sociedad civil; ideológicamente la militariza pues la hace funcionar por la represión.⁵

A Ditadura de Segurança Nacional na Bolívia

Os vários golpes militares sucessivos que ocorrem na Bolívia podem ser caracterizados como violentos ataques a uma tradição de organização da classe operária e camponesa que já vinha se desenvolvendo desde antes da revolução nacionalista de 1952. Dois momentos históricos são marcos dessa tradição popular, a própria revolução de 1952, de caráter nacionalista burguês e a Assembléia Popular de 1971, de caráter operário. E é contra os progressos arrancados pela luta de classes na Bolívia que se articulam os golpes de Estado que instauram a Ditadura de Segurança Nacional boliviana.

⁵ MIX, op cit p. 14

6

No período pós guerra ocorrem grandes avanços da luta de classes na Bolívia. Em 1946 a derrubada do governo de Villaroel se deu através de um levante popular que agregou setores da classe operária organizada boliviana junto a outros movimentos de massas. Porém este processo é controlado e de certa forma desviado de seus propósitos pelo PIR (Partido de Izquierda Revolucionaria – partido que aplicava as orientações dos PCs, sob hegemonia stalinista, para a Bolívia) e pelos partidos da oligarquia pró imperialista, que assumem o poder e inauguram o período conhecido como o regime da “rosca”.

Esse regime da “rosca”, porém, enfrenta oposição do movimento de massas o que leva à guerra civil de 1949 e ao massacre de Villa Victoria em 1950, que finaliza uma greve geral deflagrada naquele ano. Nesse momento o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário – partido de orientação nacionalista burguesa) é levado a radicalizar o seu discurso para buscar capitalizar em seu favor a oposição operária contra a “rosca”. Em 1951, após serem anuladas pela “rosca” as eleições em que Paz Estenssoro, candidato do MNR, se saiu vitorioso é instaurado um regime militar com o general Hugo Ballivián à frente.

Com as massas não possuem um partido revolucionário que lhes abra a possibilidade de assumir o poder, em abril de 1952 o nacionalismo burguês representado pelo MNR, junto com a polícia e um setor do exército, tenta um golpe contra Ballivián, tendo à frente o general Antonio Seleme. Esse golpe fracassa, porém coloca no cenário as condições para a entrada em cena das massas bolivianas. O MNR se viu obrigado a armar as massas para a luta contra a maioria do exército que apoiava o regime da Junta Militar. Como resultado disso a polícia, tendo sido derrotada pelo exército, é dissolvida e obrigada a entregar suas armas para a população de La Paz. O general Seleme ainda busca estabelecer uma aliança com o alto comando militar, visando um governo misto entre o regime militar e o MNR. Com o fracasso deste acordo, termina por se restabelecer o MNR com Paz Estenssoro na presidência da Bolívia.

Como resultado da dissolução da polícia as milícias operárias e camponesas se tornam as únicas forças armadas do país e é nesse processo que ocorre a fundação da COB (Central Obrera Boliviana), que vai se destacar como um organismo de duplo poder das massas frente ao governo do MNR. Neste momento, o POR (Partido Obrero Revolucionario), que havia conseguido influenciar importantes setores da classe trabalhadora boliviana com as Teses de *Pulacayo*, mantém uma política de apoio crítico ao governo do MNR, se posicionando contra

7

os ataques do imperialismo e da “rosca” e tendo como base a concepção de que a chamada “ala esquerda” do MNR seria capaz de levar algumas “medidas progressivas” adiante. Junto a isso apoiava Lechín, presidente da COB e da FSTMB (Federação dos Trabalhadores das Minas da Bolívia) que sobe ao gabinete ministerial com apoio do MNR, alimentando as ilusões das massas de que este seria um autêntico “ministro operário”.

No ano de 1964 o governo de Paz Estenssoro cai após um golpe realizado pelo seu vice-presidente, o general Barrientos. Este golpe visava atacar o movimento operário que se colocava na resistência aos rumos crescentemente pró-imperialistas do governo Estenssoro. A ascensão do general Barrientos ao poder inaugurou um período de política extremamente repressiva, com o assassinato de dirigentes operários e a cooptação dos camponeses através do “pacto militar camponês”. Após a morte de Barrientos em 1969, o regime militar seria marcado por algumas aberturas, de caráter populista, que se expressaram no governo do general Ovando, da fracassada tentativa de golpe do general Miranda em 10 de janeiro de 1971 e, mais abertamente, no governo do general Torres.

As ações operárias, populares e estudantis continuaram se estendendo pelo país e, em 1º de maio de 1971, se organiza a Assembléia Popular (Comuna de La Paz) que se manifesta como expressão da radicalidade das massas em resposta ao complô fascista que se havia se articulado na tentativa de golpe contra Torres. Essa assembléia se reúne nas dependências do Poder Legislativo boliviano e reúne delegados eleitos em cada ramo da produção no país, sendo 132 delegados mineiros de um total de 223 delegados. Isso dá um caráter nitidamente classista à Assembléia Popular que então se constituiu num organismo de duplo poder das massas operárias e camponesas mas que não estava imune às contradições internas e à crise de direção. Isso fica evidente quando o POR defende que a Assembléia Popular já havia consolidado o duplo poder fazendo com que o partido apresente sérias dificuldades em organizar o armamento das milícias operárias e camponesas.

Por outro lado, segundo descreve Andrade,⁶ o movimento camponês apresenta uma relação bastante complicada com a Assembléia Popular em virtude do “pacto militar-camponês” que imperava sobre os sindicatos e organizações campesinas desde a época dos governos do MNR. Esse pacto visava quebrar qualquer proposta de aliança operário-camponesa e se utilizava, para atingir tais objetivos, de políticas assistencialistas de parte dos

⁶ ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Luta de classes e conflitos étnicos na Bolívia Contemporânea*

8

militares visando com isso que os camponeses, envolvidos numa relação paternalista, rejeitassem a aproximação com os operários. Como resultado disso o movimento operário vai apresentar muita desconfiança para com os sindicatos camponeses, encarando as organizações camponesas como instrumentos de interferência do governo militar nas organizações populares.

A partir do ano de 1964, os militares através da ditadura de Barrientos vão buscar, pelo chamado “movimentismo”, manipular e enquadrar a mobilização camponesa e fazem isso se utilizando das estruturas de tipo clientelista que surgem na sindicalização obrigatória do camponês de 1953 a 1964. Isto faz com que se aprofunde o afastamento entre as lideranças do movimento operário e camponês. Uma reaproximação entre ambos só seria realizada em 1971. No entanto, após 1968, aparecem fissuras dentro do aparelho de Estado provocadas pela criação de um imposto agrícola, o que suscita o descontentamento camponês e provoca um movimento inicial de ruptura das lideranças camponesas com os militares.

Dessa forma, é no período entre 1968 e 1971 que começam a aparecer algumas organizações camponesas que aos poucos se desprendem da política do governo. Essas transformações iniciais no sindicalismo camponês têm cenário no altiplano do departamento de La Paz e no seio da federação departamental correspondente, de onde os novos dirigentes se armam para avançar e se afirmar em nível nacional. O controle vertical imposto, após 1971, ao sindicalismo camponês pelo regime repressivo de Hugo Banzer irá levar a corrente sindical dirigida por Genaro Flores (Movimento Revolucionário Tupac Katari) a desenvolver uma proposta de enraizamento na realidade indígena. Flores surgirá, após um período de sete anos de ditadura, como a principal liderança da resistência camponesa, papel que se reforça após o massacre indígena de Cochabamba em 1974. Sobre o indigenismo boliviano, Everaldo Andrade afirma que:

Um dos focos desta resistência será novamente a federação departamental de La Paz reconstituída na clandestinidade a partir de 1975 sob o nome de federação camponesa Tupac Katari. Essa organização se distingue das anteriores: opõe-se ao projeto de nova lei agrária dos militares agregando à dimensão propriamente sindical a perspectiva política de criação de um partido camponês: o Movimento Revolucionário Tupac Katari – MRTK. Este tem em seu programa reivindicações culturais e étnicas e se diz representante da “classe camponesa indígena”. Combate a alfabetização em espanhol e as universidades como “centros de discriminação”, denuncia a “alienação cultural que começa com a escola” e propõe alternativas. Esta tripla dimensão sindical, política e cultural continuará nos anos seguintes a caracterizar a corrente katarista e a distingui-la tanto de outros componentes

do sindicalismo camponês como das formas mais radicais do movimento indígena⁷

Dessa forma o indigenismo katarista na Bolívia se caracteriza por um rompimento com os militares mas ao mesmo tempo não se aproxima da esquerda tradicional e das organizações operárias, dificultando uma proposta de unidade popular em torno da Comuna de La Paz, da Assembléia Popular. Porém foram os kataristas quem, através de um trabalho “subterrâneo e paralelo”, se colocaram como o grupo que melhores condições apresentava para uma ação política independente contra a ditadura. Com tudo isso, a Assembléia Popular, apesar de manifestar a tendência das massas em se auto-organizarem não teve condições de se levantar contra o poder da burguesia e se estender nacionalmente, o que levou ao golpe encabeçado por Banzer, que instituiu uma ditadura contra-revolucionária da burguesia, esmagando a Assembléia Popular em 21 de agosto de 1971.

A Ditadura de Segurança Nacional na Bolívia se caracteriza então por emergir num momento de ascensão das organizações dos trabalhadores e por recrudescer suas políticas violentamente antidemocráticas no governo de Hugo Bánzer que ocorre justamente num momento em que a experiência da Comuna de La Paz, ou da Assembléia Popular se desenvolvia no sentido de dotar as organizações operárias de um mecanismo de duplo poder, inspirado no modelo dos soviets.

Pode-se marcar o início da Ditadura de Segurança Nacional boliviana pelo golpe de Estado que leva ao poder o general Barrientos, em 1964. A base de poder da ditadura era então o pacto militar-camponês, que visava a desmobilização social impedindo que houvesse uma aliança dos camponeses com os operários, sendo que, tendo o regime militar a necessidade de controlar as organizações populares, procura fazer isso mantendo o controle das organizações camponesas nas mãos de agentes políticos mais palatáveis ao regime. Barrientos empreendeu uma feroz e violenta repressão aos partidos de esquerda e às organizações operárias (de modo especial as organizações dos mineiros), agindo de acordo com as orientações do imperialismo norte-americano.

O fato da ditadura boliviana ter conseguido capturar e assassinar Ernesto Che Guevara levou Barrientos a reforçar a sua imagem de fiador dos ideais ocidentais e cristãos contra a “subversão comunista” e elevou o prestígio do general boliviano junto aos agentes

⁷ ANDRADE. Op cit p. 7

10

imperialistas norte-americanos. Como corolário desse processo, Barrientos entrega à empresa *Gulf*, de capital norte-americano, a exploração das reservas de gás natural e petróleo da Bolívia. A reação popular contra a entrega das riquezas naturais bolivianas ao capital americano é reprimida com violência, o que acelera um processo de crescente rompimento de alguns sindicatos camponeses com o governo, quebrando o “pacto militar-camponês” e indo se filiar na COB. Isso também tem reflexo sobre alguns setores nacionalistas das forças armadas bolivianas que também entram em rota de rompimento com Barrientos. Nesse sentido, o general Ovando lidera um grupo dissidente nas forças armadas que incomoda Barrientos de tal forma que o ditador planeja de alguma forma eliminar esse incômodo grupo militar nacionalista.

Em 1969 morre Barrientos em um acidente aéreo e em seu lugar assume o vice presidente Salinas que é quase imediatamente derrubado. Chega então à presidência o general Ovando que inicia um período de reformas de caráter nacionalista, como no caso a nacionalização das riquezas naturais em poder da empresa *Gulf*. Porém ao mesmo tempo em que levava a cabo medidas de acordo com as reivindicações populares, como no caso das nacionalizações, Ovando não desmontou o aparato repressivo herdado da ditadura de Barrientos. Essa incapacidade de reprimir setores mais à direita das forças armadas faz com que Ovando comece a ter problemas com os movimentos populares. A direita tenta um golpe militar que, a princípio, derruba Ovando. Porém o movimento operário desencadeia uma forte onda de greves que impede o golpe de se estabelecer e os militares nacionalistas, agregados em torno de Torres, conseguem resistir ao golpe e Torres chega a presidência buscando então se aproximar e aparelhar as organizações do operariado levando adiante uma política de características reformistas e anti-imperialistas.

Porém os trabalhadores agrupados em torno da Assembléia Popular não aceitam negociar a sua independência política e os camponeses vêm gradativamente se aproximando do operariado e sepultando o pacto militar-camponês. Ao mesmo tempo em que busca aparelhar os instrumentos de luta operária o governo Torres não desarticula a direita das forças armadas que, em 1971 consegue ter sucesso num golpe de Estado que coloca Bánzer no poder.

O governo Bánzer representou a escalada das políticas favoráveis ao capital estrangeiro uma vez que o governo boliviano desmontou todo um aparato produtivo estatal e

11

colocou nas mãos de investidores externos. Junto a essa política de privatizações o governo, para favorecer os grupos exportadores e o capital estrangeiro lançava mão de desvalorizações monetárias que resultaram em uma queda no nível de vida do operariado que respondia com protestos contra o governo, protestos esses que foram violentamente massacrados. É bastante reveladora a relação do governo ditatorial boliviano de Bánzer e o carrasco nazista Klaus Barbie que, sob a proteção do governo americano e da CIA, deixa a Alemanha após a Segunda Guerra e vai para a Bolívia sob a falsa identidade de um “homem de negócios” de sobrenome Altmann. Lá Klaus Barbie firma relações já em 1964 como assessor do governo de Barrientos e com o governo Bánzer o nazista vai aprofundar a sua atuação junto ao governo articulando as ações de Terror de Estado, as torturas e assassinatos políticos.

Com a crise econômica ocorre uma gradativa precarização dos direitos dos trabalhadores. Nesse momento o movimento operário, apoiado pelo movimento camponês e estudantil começa a articular numerosas greves que são reprimidas de forma brutal. Porém a violência do governo não faz os trabalhadores retrocederem.

Em 1976 com a chegada em La Paz de quatro mulheres, esposas de mineiros demitidos pelo governo, que iniciam uma greve de fome pela readmissão de seus maridos tem início um movimento que se espalha por toda a Bolívia reivindicando a anistia dos líderes grevistas, reincorporação ao trabalho de todos os trabalhadores demitidos por causas políticas e a retirada do exército das minas.

Com a crescente mobilização popular em 1978 o governo Bánzer é forçado a abrir o processo eleitoral que é anulado após denúncias de fraudes. O candidato oficialista Pereda Asbún não aceita renunciar por causa das fraudes e tenta um golpe contra Bánzer o que aprofunda a crise política do governo Bánzer. A saída política para a crise é articulada pela burguesia boliviana através da figura de Guevara Arce que é vítima em novembro do mesmo ano de um golpe encabeçado por Natush Bush. Porém esse golpe tem a resistência do operariado que leva adiante uma greve generalizada vencendo o movimento golpista e assumindo então a presidência a senadora Lúdia Gueiler, presidente do senado naquele momento. Com isso se inicia a transição para uma nova eleição em 1980, vencida pela aliança de caráter de “Frente Popular”, a UDP – Unidade Democrática Popular encabeçada por Pires Suazo, do MNRI tendo Paz Zamora do MIR como vice e aliado também ao Partido Comunista.

12

Desta forma, percebe-se que o processo político boliviano tem uma forte influência das organizações populares, de nítido caráter classista operário e camponês. Se desnuda a luta de classes boliviana quando a Ditadura de Segurança Nacional na Bolívia se comporta como um instrumento nitidamente orientado para combater através da violência e do terror as organizações populares e seus avanços. Os exemplos dos governos de Barrientos e de Bánzer são paradigmáticos nesse sentido. É contra os avanços contidos na Revolução de 1952 que Barrientos executa o golpe de estado e é contra os avanços da “Comuna de La Paz” de 1972 que Bánzer articula a tomada do poder. Tudo isso para garantir a reprodução do sistema capitalista, da propriedade privada e dos interesses imperialistas na Bolívia e nas suas riquezas naturais, em especial o petróleo e os Hidrocarburos, ou o gás natural.

Assim a ditadura boliviana se incorpora num cenário mais amplo entre as ditaduras de segurança nacional da América Latina como uma das precursoras desse modelo junto com a ditadura brasileira - o golpe de Barrientos na Bolívia ocorre no mesmo ano do golpe militar no Brasil contra o presidente João Goulart (1964) - a ditadura brasileira inclusive é fiadora do golpe na Bolívia. E a Bolívia é integrante de primeira hora da Operação Condor, articulação ilegal entre as forças repressivas organizada pelos regimes militares do Cone Sul da América do Sul.

Bibliografia

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *Luta de classes e conflitos étnicos na Bolívia Contemporânea*. In: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao3/Everaldo_Andrade.pdf

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *História Contemporânea da América Latina*; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; WASSERMAN, Cláudia. *Ditaduras Militares na América Latina*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SADER, Eder. *Um Rumor de Botas – A Militarização do Estado na América Latina*, São Paulo: Ed Polis, 1982